

# CONSELHO DE MINISTROS

Foi aprovado em sede de Conselho de Ministros:

1. Prorrogação do **Estado de Emergência** em todo o território continental, no período **entre as 00h00 do dia 8 de janeiro de 2021 e as 23h59 do dia 15 de janeiro**.
  - Extensão aos concelhos em risco elevado a **proibição de circulação na via pública a partir das 13h00** no fim-de-semana de **9 e 10 de janeiro**;
  - aplicar a **todo o território nacional** continental a **proibição de circulação entre concelhos entre as 23h00 do dia 8 de janeiro e as 05h00 do dia 11 de janeiro de 2021**, salvo por motivos de saúde, de urgência imperiosa ou outros especificamente previstos.
2. Decreto-lei que prorroga o **apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas** em situação de crise empresarial.
3. Atualizado o **quadro de apoios extraordinários à economia, ao emprego e às famílias**:
  - estabelece-se que todos os trabalhadores que estejam abrangidos pelo lay-off simplificado, lay-off do Código do Trabalho (motivado pela pandemia da doença Covid-19 e que se inicie após 1 de janeiro de 2021) e apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade passem a **auferir 100% da sua retribuição normal líquida** até 3 Retribuição Mínima Mensal Garantida, não havendo lugar a esforço adicional dos empregadores;
  - cria-se o **apoio simplificado para microempresas** em situação de crise empresarial, para a manutenção de postos de trabalho;
  - prorroga-se **apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade** em empresas em situação de crise empresarial até 30/06/2021;
  - estende-se ao elenco dos beneficiários do **apoio à retoma os membros de órgãos estatutários** que exerçam funções de gerência;
  - mantém-se a **dispensa parcial de contribuições para a segurança social**, a cargo da entidade empregadora, para as micro e PME's.
4. Decreto-lei que prolonga até ao final do ano a vigência das regras de **atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais**, no âmbito da pandemia Covid-19.
5. Decreto-lei que **altera os sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes** e introduz **medidas relativas à geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos** do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e do Vale do Tejo.
6. Modelo de **avaliação prévia de impacto legislativo na ação climática**, a título experimental, pelo período de um ano, visando o alinhamento dos projetos legislativos com os objetivos assumidos pela República Portuguesa em matéria de política climática.
  - estabelece que a **avaliação prévia de impacto legislativo na ação climática** incide sobre projetos de decretos-leis, propostas de lei e resoluções do Conselho de Ministros que se destinem a aprovar investimentos, projetos, planos ou programas relevantes no contexto da política climática.
7. Decreto-lei que executa a **autorização legislativa concedida pela Lei n.º 59/2020, de 12 de outubro**.
8. Decreto-lei que concretiza a **criação do Laboratório Nacional do Medicamento**, o qual sucede ao Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF).
9. Proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o **regime sancionatório aplicável à violação** do disposto no Regulamento (CE) n.º 2271/96, relativo à proteção contra os efeitos da **aplicação extraterritorial de legislação adotada por um país terceiro e contra as medidas nela baseadas ou dela resultantes**, na sua redação atual (Estatuto de Bloqueio).
10. Resolução que autoriza a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP a **emitir dívida pública** de acordo com os limites estabelecidos no Orçamento do Estado para 2021.